DE RICOCHETE

A nota oficiosa que o Governo Português publicou sobre os ata-ques terroristas ao Caminho de Ferro de Benguela é, pela lógica e pela clareza, irrespondível.

Irrespondivel — vamos —, se hoje houvesse, neste Mundo à deriva, alguma lógica e alguma clareza nas acções.

Tudo é incongruente, tudo é obscuro e caviloso.

Em resumo, o que diz a nota? Evidenciando os prejuízos que, sabe-se, está a causar à econo-mia do Congo (ex-Belga) e do Catanga a interrupção do trá-fego da referida linha férrea, — em virtude dos ataques terro-ristas nela praticados por elementos treinados e animados precisamente por aqueles países vizinhos — o Governo de Lisboa reafirma o espírito de cooperação e respeito pelas leis inter-nacionais que o norteia. «Está o Governo Português — afirma a nota em questão —

consciente das responsabilidades que lhe cabem em assegurar o acesso dos países interiores ao mar, de harmonia com o principio, cuja aceitação reitera, de que a liberdade de comunicações daqueles países não pode ser afectada por decisões ou inte-resses de terceiros ou de órgãos internacionais. Não pode — acrescenta-se — o respeito por aquele princípio, no entanto, ultrapassar os limites da segurança de bens e pessoas que utilizem a via, e que importa garantir, nem pode prejudicar o exercício do direito de legitima defesa quan-do os meios de comunicação em causa se transformam ou são aproveitados como instrumento de agressão. Se as circunstâncias o impuserem, não se eximi-rá o Governo Português em assumir as responsabilidades e os direitos que lhe incumbem quan-

to àqueles dois aspectos».

Doutrina exacta e propósito bem firme. Simultâneamente, de Kinxasa,

dá-se conta de um comunicado da Companhia dos Caminhos de Ferro do Baixo Congo, no Catanga, que denuncia, sem a minimizar, a enorme perturbação que está a causar no Congo e na Zâmbia a suspensão do tráfego do Caminho de Ferro de Ben-

É o que se chama sair a bala pela culatra.

CARDEAL CICOGNANI

SUHARTO GARANTE A IMPOSSIBILIDADE DE UMA DITADURA MILITAR NA INDONÉSIA

JACARTA, 8 - «As Forças Armadas não vão tornar possível, nem nunca instituirão na Indonésia uma ditadura militar» — afirmou o Pre-sidente Suharto, na sua primeira conferência de Imprensa.

«Para além dos seus deveres co-mo instrumento do Estado no sector da segurança e da defesa, o crescimento das forças armadas deu--lhes o direito de serem uma força social e política, ao lado de outras forças do povo indonésio. - ANI

CONTINUAÇÃO DA 1.º PAG.º

tão simpática quanto nobre fi-

gura da Igreja, com quem o jor-nalista teve a honra de conver-sar, num salão de mobiliário só-

vos de arte criada por grandes artistas: Subsecretário da Sa-grada Congregação para a Igre-

grada Congregação para a Igre-ja Oriental e Secretário da Co-missão para a Codificação do Direito Oriental, etc. Espirito aberto ao estudo,

atento aos problemas que inte-ressam à Igreja — e que inte-ressam ao Mundo — o Cardeal Amleto Cicognani foi ordenado

sacerdote — e será importante anotá-lo — em Setembro de 1905, na época brilhante do Pon-

tificado de Sã_o Pi_o X, a cujas cerimónias da canonização, pe-lo Papa Pi_o XII, tivemos oca-

sião de assistir em Roma. Esco-lhido pela fiducia del Santo Pa-

dre João XXIII, quis Paulo VI manter Cicognani em tão im-

portante e pesado cargo na Igre-ja Universal de Cristo. O Cardeal

é figura para não esquecer e os breves apontamentos da sua bio-grafia darão uma ideia da sua

personalidade e da sua carreira.

O Cardeal Cicognani recorda

De estatura média, olhos ple-

De estatura média, olhos plenos de claridades que se projectam tocadas por uma serenidade interior, o Cardeal Amleto Cicognani larga fronte e rosto a revelar firmeza, recebe-nos na ante-câmara do seu Ufficio de trabalho... Creio ter sido a primeira vez que o Secretário de Estado de Sua Santidade recebe u um jornalista português. Subimos o Portão de Bronze, atravessámos o Cortille de S. Damaso e o ascensor levou-nos à primeira loggia. Um continuo leva-nos a um salão, ao fundo do qual Monsenhor Valeri atendia uma chamada telefónica, interrompendo-a para nos saucar.

terrompendo-a para nos saudar, e, depois de comunicar ao Car-

deal Clognani a nossa presen-ça nos conduz ao salão, onde, instantes após, uma figura sere-na atravessa a porta.

O Senhor como está? Uma

jornalista e escritor português? O Cardeal estende-nos a mão,

com suavidade, os olhos muito

para mim...

vivos fitos no homem ainda não refeito das emoções anteriores.

-É uma honra muito grande

a sua visita a Lisboa

brio mas ornado de pelos n

O MINISTRO DAS OBRAS PUBLICAS ofereceu um almoço aos seus mais directos colaboradores

O Eng.º Arante_s e Oliveira, Ministro das Obras Públicas, ofereceu ontem, no Hotel Estoril-Sol, um almoço aos seus colaboradores mais directos na longa gerência de treze anos daquela pasta e para o qual convidou também outras individualidades, entre as quais o seu antecessor, Eng.º Frederico Ulrich, o antigo Subsecretário, o Eng.º Espargueira Mendes, o Eng.º Machado Vaz, que foi presidente da Câmara Municipal do Porto, e o Eng.º Rui Sanches, actualmente no exercício das funções de inspector-superior de Obras Públicas.

Presidiu o Ministro Arantes e Oliveira, que sentou à direita o Eng.º Amaro da Costa, Secretário de Estado da Indústria, e que durante alguns anos foi seu colabora-dor como Subsecretário de Estado, e o Dr. Freitas Pimentel, governa-dor do Distrito Autónomo da Horta, e à esquerda o Eng.º Frederico Ul-rich. Em frente, o Eng.º Rebelo Pinto, Subsecretário de Estado da pasta, encontrava-se ladeado pelos Eng.ºs Machado Vaz e Saraiva e Sousa, também antigo colaborador do Eng.º Arantes e Oliveira como Subsecretário de Estado.

Ocuparam indistintamente outros lugares os Eng. Mesquita Lima, presidente do Conselho Superior; Pena da Silva, Palma Carlos e Macedo dos Santos, directores-gerais dos Edificios e Monumentos Nacionais, dos Serviços Hidráulicos e dos Serviços de Urbanização; e Manuel Rocha e Canto Moniz, di-rectores de Laboratório Nacional de Engenharia Civil e do Gabinete da onte sobre o Tejo; Brigadeiro Marques Gião, presidente da Junta Autónoma de Estradas; Coronel Carlos Maria do Carmo, comissário do Desemprego; deputado Dr. Júlio Evangelista, consultor jurídico do Ministério; Eng.ºs Félix do Amaral, Lousa Viana, João Fráguas, Neto Marques, Pereira de Almeida, Viriato Campos, Leão de Almeida e Anjos Dinis, dirigentes de organis-mos dependentes do Ministério; Eng.º Fernando Pessoa, secretário-geral da Ordem dos Engenheiros; e General Flávio dos Santos, Eng.º Sá e Melo, Major Arrochela Lobo e

Dr. Navarro de Castro. Presentes igualmente o chefe do gabinete e secretários do Ministro e do Subsecretário de Estado, Eng.ºº José Maria Avilez, Baptista Neves e Carlos de Castro e Dr. Ferreira de Aguiar; arquitecto Eugénio Correla; o Sr. Teodoro dos Santos, adminis-trador-geral da Sociedade Estoril-Sol; e o filho e o neto do Eng. Arantes e Oliveira, Eng.º Eduardo Arantes e Oliveira e menino João

Palavras do Ministro das Obras Públicas

Aos brindes, o Ministro agradeceu a todos a aceitação do convite que lhes dirigira para aquele almoço, mercê da qual lhe proporcionavam

Gostei muito de o conhe-... — Sorria, simples, como

um homem qualquer deste po-bre mundo em que se debatem

intrigas.

— Vossa Eminência conhece

Era preciso começar. O jorna

lista observava, também aquele principe da Igreja, político tam-

bém, embora no modo diferen-

te da política do mundo — que nos acolhia com estima visivel —

e voltava à pergunta, depois de algumas palavras de interesse meramente pessoal e familiar.

— Conheço, sim... Já estive

— Sim. há muito tempo... Ti-nha um irmão em Madrid e es-

tive em Lisboa, embora de pas-

meu país, Vossa Eminência?

— As melho: es... Gostel muito da vossa cidade de L'sboa e da população e fiquei impressiona.

do com o vosso porto... Estive nos Jerónimos, esse magnifico e

extraordinário monumento...

— E não voltou a Portugal,
Vossa Eminência?

— Não, não voltei... E tive pe-na... Portugal tem uma História

rara e guardo as melhores re-cordações da minha passagem

Depois o diálogo tomou outros rumos. O tempo corria, e o ho-mem deixava-se devassar a si próprio (Lleve uma bênção para

sua familla», dizia-me o Cardeal Cicognani...). Depois era o sen-tido do português e as palavras que se ouvem e se não repetem e que talvez um dia em evoca-

ções menos prementes, possa-mos reconstituir...

to Padre?
— Costei, Eminência... Contei,

simplesmente, as palavras escu-tadas a Paulo VI e recordei o meu

primeiro encontro com Monse-nhor Montini e a entrevista que

me concedera, no aeroporto de

me concedera, no aeroporto de Lisboa, em 1960. — Guarde no seu coração o que sentiu... São graças... Não esqueça... Talvez volt_e a encon-trá-lo... — E estendeu-me a mão,

suavemente, para a despedir-se do jornalista e do homem portu-

guês que eu sou dizer ainda:

— Tive muito gosto em conhecer um jornalista português...

MARQUES GASTAO

cer um jornalista por Leve a minha bênção...

Gostou de estar com o San-

Há muito tempo, Eminên-

Tem boas recordações do

em Portugal.

por Portugal

mais um_a vez a oportunidade, para si sempre muito grata, de se en-contrar junto de alguns dos seus melhores co.aboradores e neamente, dos melhores dos seus amigos. Expressou-lhes ainda o reconhecimento pelas amabilidades de que têm permanentemente sabido ro deá-lo e lembrou, a propósito, pala-vras proferidas pelo Eng.º José Frederico Ulrich. Saudou em espe-cial o seu ilustr_e antecessor e também os antigos Subsecretários Saraiva e Sous_a e Amaro da Costa, sublinhando o interesse com que em todos os momentos têm acompanhaacção do sector governativo das Obras Públicas, que tão destacadamente serviram como governan-tes. Também dedicou uma palavra de particular apreço e gratidão ao Eng.º Rebelo Pinto e por últim_o sau-dou os Engs Machado Vaz e Rui

O Eng.º Frederico Ulrich põe em relevo a acção governativa do Eng.º Arantes e

Falou a seguir o Eng.º Frederico Ulrich, em seu nome e no dos Engs. Espragueira Mendes, Saraiva e Sousa e Amaro da Costa, para agradecer o convite do almoco e se referir depois, de modo altamente elocico de accesta de constante de constant gioso, à actividade governativa do Eng.º Arantes e Oliveira durante os treze anos de gerência da dificil pas-ta das Obras Públicas, através da qual prestou já ao País serviços de inestimável valia. Aludiu ao ambiente de trabalho Que se vive no Ministério que teve também a gran. de honra de gerir alguns anos e on-de todos são colaboradores dedica-dissimos do Ministro e do Subsceretário mostrando sem reservas verdadeir $_{\rm a}$ amizade e uma determinação inabalável de serem úteis à Na-

Em nome dos funcionários do Ministério das Obras Públicas falou o Eng.º Pena da Silva

Fazendo também uso da palavra, na qualidade de secretário-geral do Ministério das Obras Públicas, o Sr. Eng.º Pena da Silva, que pricipiou por agradecer o convite do Ministro aos funcionários seus mais próximos cooperadores, pôs desde logo em evidência as constantes atenções recebidas da parte do Eng.º Arantes e Oliveira, cujas qualidades salientou e considerou daque-las com que raramente Deus distingue os homens.

Acrescentou que a par de uma admiração muito sincera que lhe votam existe uma amizade sólida surgida desde a primeira hora nos contactos de trabalho e a cada passo confirmada e reforçada. Recordou, quanto ao seu caso individual, algumas realizações de maior complexidade em que interveio como auxiliar do Ministro, designadamenauxiliar do Ministro, designadamen-te na elaboração do Regulamento. Geral das Edificações Urbanas, de que o Eng.º Arantes e Oliveira foi o grande obreiro. Aliás, estão pa-tentes em tudo as suas invulgares qualidades, as quais se reflectem um desempenho brilhante da pasta, pela sua capacidade de trabalho, rapidez e justiça de julgamento, in-teligência e competência sem dis-

Posto em evidência o plano de Rega do Alentejo pelo Subsecretário Rebelo Pinto

O Subsecretário de Estado Eng.º Rebelo Pinto saudou por igual o Eng.º Arantes e Oliveira e sublinhou a compreensão e a amizade de que deu sempre provas para consigo durante os vinte anos em que têm de algum modo cooperado no Ministério. Lembrou a honrosa escolha do seu nome para Subsecretário e referiu-se em especial à ela-boração e execução da primeira fase do Plano de Rega do Alentejo e, ainda, últimamente, ao vasto proainda, utilimamente, ao vasto pro-grama de melhoramentos com que o Ministério se associou às come-morações do 40.º Aniversário da Re-volução Nacional.

Por último, falou o Sr. Eng.º José Machado Vaz, que agradeceu a deferência de haver sido convidado para aquele almoço, autêntica reu-nião da família do Ministério das Obras Públicas, e disse da enorme amizade que o liga ao Sr. Eng.º Arantes e Oliveira, cujas qualidades individuais e de governante pôs

visitados pelo Ministro sul-africano da Defesa

do, houve uma breve reunião du-rante a qual o Brigadeiro Fernando de Oliveira fez uma curta exposi-ção sobre a actividade das Ofici-

De Alverca, o Ministro da Defesa da Africa do Sul dirigiu-se para Braço de Prata, em cuja Fá-brica Militar o aguardavam, além do Ministro do Exército, do chefe do Estado-Maior e outras entidades militares, o Coronel Silva Matos. director daquele estabelecimento, que saudou o visitante e o informou do labor da fábrica.

Seguiu-se uma demorada visita as instalações, em pleno funcionamento tendo podido apreciar o arma-mento que ali se fabrica, como es-pingardas, metralhadoras, pistolas,

Homenagem à memória dos boers

O Ministro Botha, que almoçou na residência do Embaixador, Dr. Viljoen, sproveitou a tarde para visitar os principais pontos de teresse histórico e turístico de Lis-boa e arredores.

Ao fim da tarde, acompanhado dos elementos da sua comitiva e do Embaixador do seu país, o Mi-nistro da Defesa da África do Sul deslocou-se ao cemitério dos ingleses na Estrela.

No sopé do monumento que ali

se ergue em memória dos partici-pantes na guerra dos «boers», o Ministro sul-africano depôs uma coroa de louros. Pieter Botha deixa hoje, às 9 ho-

ras, o nosso país. De avião segui-rá para Paris, em continuação desta sua viagem a diversos países da

MERCADO DE CAPITAIS

AUTORIZADAS A LISNAVE E A C. U. F. a emitirem obrigações -ao juro de 6%no valor de 50 mil e 300 mil contos

O Ministério das Finanças enviou as seguintes portarias para publica-ção no «Diário do Governo»:

«Na linha de orientação traçada na Lei n.º 2131, de 26 de Dezembro de 1966, quanto ao aperfe coamento do mercado financeiro, foram recentemente emitidas as primeiras séries de um empréstimo in-terno amortizável — «Obrigações do Tesouro 5 por cento, 1967, Fomento Económico» — e autorizada uma emissão de obrigações de uma empresa privada, ambas em condições que visam oferecer aos investidores remunerações mais atractivas para o seu capital.

De acordo com a aludida orien-tação, tendo a LISNAVE — Estalei-ros Navais de Lisboa, S.A.R.L., requerido autorização para e mitir 50 000 obrigações, do valor nominal de 1000\$00 cada uma, vencendo o juro anual de 6 por cento. Verificado o cumprimento dos preceitos legais a que se refere o artigo 72 do Regulamento de Lei de

artigo 7.º do Regulamento da Lei de 3 de Abril de 1896, aprovado pelo Decreto de 27 de Agosto do mesmo

Observado o disposto no Decreto n.º 9602, de 17 de Abril de 1924. Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Fi-nanças, nos termos do artigo 99.º do Decreto-Lei n.º 42 641, de 12 de Novembro de 1959, ouvido o Conselho de Ministros para os Assuntos Eco-nómicos, nos termos e para os efei-tos do artigo 12.º do Decreto - Lei n.º 44652, de 27 de Outubro de 1962, autorizar a LISNAVE — Estaleiros Navais de Lisboa, S.A.R.L., com se-de em Lisboa, a emitir 50 000 obrigações, do valor nominal de 1000\$00 cada uma, em títulos de 1, 5, 10 e 50 obrigações de cupão, ao juro de 6 por cento ao ano, pagável semestralmente em 15 de Junho e 15 de Dezembro de cada ano, verificando--se o primeiro pagamento em 15 de Dezembro de 1967, correspondente ao tempo de efectivo desembolso dos obrigacionistas.

As obrigações serão amortizadas semestralmente, também em 15 de Junho e 15 de Dezembro de cada ano, por sorteio e pelo valor no-minal, sendo a primeira amortização realizada em 15 de Junho de 1971 e a última em 15 de Dezembro de 1982, conforme o plano de amortização aprovado e a publicar

no «Diário do Governo».

Ao abrigo do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 46492, de 18 de Agosto de 1965, é concedida a Isenção total do imposto complementar e a redução a metade do imposto de ca-

Esta autorização é concedida nas seguintes condições:

1.a — Que da emissão nenhuma responsabilidade resultará para o Estado;

2.4 - Que a emissão só poderâ realizar - se depois de terem dado entrada na Inspecção--Geral de Crédito e Seguros o documento comprovativo de ter sido efectuado o competente registo na conservatória do Registo Comercial e um exemplar do «Diário do Governo» em que tenha sido publicado o respectivo plano de amortização;

3.* - Fica à responsabilidade dos obrigacionistas o pagamento dos impostos devidos que se-rão sempre calculados em relação a importância do juro ilíquido e deduzidos no recibo de pagamento;

4.8 - A autorização concedida é válida por noventa dias, a contar da data da publicação desta portaria no «Diário do Governo».

Dentro das directivas definidas na Lei n.º 2131, de 26 de Dezembro de 1966, foram oportunamente emitidas as primeiras séries de um empres-timo interno amortizável — «Obrigação do Tesouro 5 por cento, 1967, Fomento Económico» — e au.orizadas recentemente duas emissões de obrigações de empresas privadas (a Hidro-Eléctrica do Douro, S.A. R. L., e a LISNAVE — Estaleiros Navais de Lisboa, S. A. R. L.) desti-nadas à realização de empreendi-mentos de especial interesse econó-mico nacional pelo que, por esse motivo, foram concedidos amplos beneficios fiscais.

Tendo posteriormente a Compa-nhia União Fabril, S. A. R. L. requerido também autorização para emitir 300 000 obrigações, do valor nominal de 1000\$00, entendeu-se, na mesma linha de orientação, autori-zar a referida operação. Simp esmente, a diferente natureza desta empresa já não justifica que se conceda a esta emissão identidade de tratamento fiscal pelo que, para se poder proporcionar aos toma-dores destes títulos idêntico rendimento, se prevê que a venda des-tas obrigações seja efectuada abaixo do par.

Nestes termos, ouvido o Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, nos termos e para os efei-tos do artigo 12.º do Decreto Lei n.º 44 652, de 27 de Outubro de

Verificado o cumprimento dos preceitos legais a que se refere o artigo 7.º do Regulamento da Lei de Abril de 1896, aprovado pelo Decreto de 27 de Agosto do mes-

Observando o disposto no Decreto n.º 9602, de 17 de Abril de 1924; Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Fi-nanças, nos termos do artigo 99.º nanças, nos termos do artigo 99.º do Decreto-Lei n.º 42 641, de 12 de Novembro de 1959, autorizar a Companhia União Fabril, S. A. R. L., com sede em Lisboa, a emitir 300 000 obrigações, do valor nominal de 1000\$00 cada uma, em títulos de 1, 5, 10 e 100 obrigações de cupão ao juro de 6 por cento ao ano, podendo o preço de emissão ser inferior

Esta emissão será lançada em duas fases, de valor global de 150 000 contos cada uma, devendo a pri-meira ser posta à subscrição nos noventa dias subsequentes à publicação da presente portaria no «D.á-rio do Governo», e a segunda em data a fixar, oportunamente, após prévia autorização do Ministério das Finanças,

ao valor nominal.

No que respeita à primeira fase, as obrigações serão amortizadas mestralmente, em 15 de Abril e 15 de Outubro de cada ano, por sorteio e pelo valor nominal, e na mesmas datas se efectuará também o pagamento dos juros, o qual terá início em 15 de Outubro de 1967, correspondente ao tempo dos capi-tais efectivamente desembolsados. A primeira amortização das obrigações será realizada em 15 de Abril de 1971 e a última em 15 de Ou-tubro de 1982, conforme o plano de amortização aprovado e a publicar no «Diário do Governo».

As datas de amortização e do pagamento dos juros relativos à segunda fase serão as que constarem do plano de amortização a aprovar pelo Ministério das Finanças e a publicar oportunamente no «Diário do Governo».

Poderá a empresa antecipar a amortização por sorteio a partir do quinto ano da data da emissão, deendo as datas das amortizações extraordinárias coincidir com as das

normais. Ao abrigo do artigo 27.º do De-creto-Lei n.º 46 492, de 18 de Agosto de 1965, é concedida a isenção to-tal do imposto complementar e a redução de dois por cento da taxa do imposto de capitais.

Esta autorização é concedida nas seguintes condições:

1. — Da emissão nenhuma res-ponsabilidade resultará para o Estado;

2.4 Cada uma das fases da emissão só poderá ser realizada depois de terem dado entrada na Inspecção - Geral de Crédito e Seguros o documento comprovativo de ter sido efectuado o competente registo na Conservatória do Registo Comercial e um

exemplar do «Diário do Go-verno», em que tenha sido publicado o respectivo plano de amortização; 3.4 — Fica à responsabilidade dos obrigacionistas o pagamento

dos impostos devidos, que serão sempre calculados em relação à importância do juro iliquido e deduzidos no recibo do pagamento.»



AS OFICINAS GERAIS de Material Aeronáutico em Alverca e a Fábrica Militar de Braço de Prata

Diversas visitas de carácter militar, histórico e turístico preenche-ram o dia de ontem do Ministro da Defesa da África do Sul, Pieter Botha, que no começo de uma via-gem a Europa se desloco ua Lisboa para conversações com o Governo português.

De manhã o Ministro sul-africa-

no visitou as Oficinas Gerais de Ma-terial Aeronáutico em Alverca e, depois, a Fábrica Militar de Braço de Frata. Acompanhado do Embai-xador do seu país em Lisboa e das individualidades da sua comitiva. Pieter Botha foi recebido pelo director das Oficinas em Alverca, Brigadeiro Fernando de Oliveira.

Ali se encontravam também o Ministro da Defesa, o Secretário de Estado da Aeronáutica, o chefe do Estado-Maior da Força Aérea e ou-

SAUDAÇAO

DO MINISTRO PIETER BOTHA A PORTUGAL E AO SEU POVO

Em declarações prestadas ao DIÁRIO DA MANHA, no fim do dia de ontem, o Ministro da Defesa da África do Sul declarou:

Verifiquei existir entre os nossos dois paises um sentimento de amizade reciproca, não apenas nos circulos governamentais mas também no povo em si.

Do ponto de vista sul--africano esta visita foi um grande êxito. Sinto-me muito feliz por ter tido a oportunidade de estar em Portugal, de ter visto este belo pais e ter contactado com o seu magnifico povo. Parto com a esperanca de um dia poder voltar de novo.

tras altas patentes do mesmo ramo das Forças Armadas.

Durante mais de duas horas o Ministro sul-africano visitou todas as instalações das Oficinas Gerais, manifestando o maior interesse pelos processos de trabalho e inteirando-se das crescentes tarefas que ca-

em àquele departamento. No final, no edifício do Coman-



DOS TÉCNICOS DO SEU MINISTÉRIO

de boa propaganda para o seu regime. Por outro: a reunificação cu

CARTA DA ALEMANHA

BERLIM ORIENTAL E AS ELEIÇÕES FRANCESAS

BERLIM — A Imprensa comunis-ta de Berlim Oriental ocupa-se ain-da do triunfo conseguido pela coalisão esquerdista nas eleições france sas. Os comunistas da zona alemã de ocupação soviética actuam como se esse triunfo fosse um triunfo também seu, e isso por certo para dissimular ainda melhor o revés so-frido pela facção de Walter Ul-bricht, seu chefe, nas eleições de Berlim Ocidental. Đão especial acento de aprovação à Frente Popular e fazem destacar os telegramas tro-cados por essa altura entre os dois

partidos «irmãos». A Frente Popular Alema nasceu de um sonho moscovita de há vinte anos mais ou menos. Ainda não há muito, essa ideia criava ainda certas ilusões ao Kremlin. Hoje porém não chega a convencer sequer o ditador Ulbricht, tanto mais que este é de opinião que vale mais o pássaro da Alemanha do Leste com seus 17 milhões de habitantes na mão, do que o sonho de uma Alemanha côr-de-rosa ou vermelha, a voar. A sso há a acrescentar também um receio pessoal: presentemente nin-guém consegue imaginar sequer uma colaboração entre socialista_s e comunistas a nível nacional, numa Alemanha unida, pelo menos en-quanto Ulbricht for chefe do par-

O Kremlin sabe perfeitamente quão impopular é o muro, por muito que o queira dissimular. Por um lado o muro não constitui objecto

confederação das duas parte da Ale-manha faria com que o P. C. se tornasse livre em todo o território (na República Federal está proibido). A pretendida Frente Popular poderia neste caso teórico ganhar umas eleições em toda, a Alemanha já reunificada, e não há dúvida que isso seria de muitíssimo mais utilidade para a União Soviética do que o actual estado de coisas. Era com este pensamento que o Partido Comunista jogava quando deu início aos seus contactos com os socialistas de Willy Brandt. A ideia não era má, mas aconteceu que Ulbricht introduziu uma variante no programa: do social-democrata como se se tratasse de uma quinta coluna a utilizar contra a República Federal. Porém os socialistas encontravam - se na oposição e Ulbricht parece não ter visto bem a coisa. Os velhos mar-xistas de ontem, Brandt, Wehner, queimaram os barcos onde navegagam e, de certo modo, ainda têm a roupa a secar. Se um dia vierem a verificarem-se as mudanças tantas vezes projectadas, será de maneira muitissimo diferente daquela ima-ginada por Ulbricht. A Frente Popular, vistas assim as coisas, não tem grandes oportunidades até porque os comunistas de ontem já começaram a abrir os olhos para a realidade.

Volvendo ao eco das eleições fran-

(CONTINUA NA 8.5 PAG.) A COVÃO CARRO